

1. Código e título do projeto

PNUD BRA/18/008 – Fortalecimento da garantia e promoção de Direitos das Pessoas com Deficiência.

2. Número e título do edital

Edital nº 06/2025 – Indicadores e estudos sobre as pessoas com deficiência do Brasil.

3. Organismo internacional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

4. Secretaria temática demandante

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNDPD.

5. Supervisor técnico

Supervisor Técnico: Wandemberg Venceslau Rosendo dos Santos.

Cargo: Coordenador-Geral de Pesquisa de Dados e Indicadores.

Supervisor Técnico (Substituto): Jonathas Rodrigo Bitencourt Duarte.

Cargo (Substituto): Coordenador de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

6. Antecedentes e justificativa

A deficiência continua sendo um dos principais desafios sociais e econômicos enfrentados pelas sociedades contemporâneas, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Embora tenham sido alcançados avanços significativos na inclusão social nos últimos anos, ainda há barreiras substanciais para uma compreensão aprofundada da realidade das pessoas com deficiência, principalmente devido à escassez de dados desagregados e atualizados. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), de 2022, do IBGE representa um importante avanço na coleta de informações sobre essa população no Brasil, mas ainda há lacunas na análise detalhada de suas condições de vida, particularmente

no que se refere a indicadores sociais e econômicos essenciais para a formulação de políticas públicas eficazes.

Segundo a PNADc de 2022, aproximadamente **18,6 milhões de pessoas com 2 anos ou mais possuem algum tipo de deficiência**, representando **8,9% da população brasileira** nessa faixa etária. Esses números ressaltam a magnitude do desafio e evidenciam a necessidade de uma abordagem mais detalhada para entender suas condições de vida, especialmente em áreas como educação, trabalho e inclusão social. A pesquisa também revelou que a prevalência da deficiência aumenta com a idade, atingindo **47,2% entre pessoas com 60 anos ou mais**, além de expor desigualdades significativas no acesso a direitos fundamentais, como educação e renda.

Apesar da relevância dos dados da PNADc de 2022 para compreender a prevalência da deficiência e alguns aspectos socioeconômicos, ainda há uma carência de informações mais detalhadas e indicadores que permitam uma análise aprofundada da inclusão social e do impacto das políticas públicas existentes. Em resposta a essas necessidades, o governo lançou, em 8 de maio de 2024, uma nova edição do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – o **Novo Viver Sem Limites (NVSL)**, com o objetivo de fortalecer políticas públicas voltadas para a inclusão, autonomia e bem-estar das pessoas com deficiência.

Para garantir a efetividade do Novo Viver Sem Limites, é fundamental que suas ações sejam baseadas em dados confiáveis e atualizados, proporcionando um panorama preciso das condições da população com deficiência. O desenvolvimento dos produtos propostos baseia-se na análise dos seguintes **microdados**:

- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc);
- Pesquisa Nacional de Saúde (PNS);
- Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico);
- Censo Demográfico;
- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);
- Entre outros.

A partir desses dados, será possível realizar um diagnóstico preciso das desigualdades e barreiras enfrentadas por essa população, além de viabilizar a construção de indicadores-chave para o monitoramento das políticas públicas. Os produtos propostos incluem os aspectos a seguir:

- **Comparação internacional:** análise da situação das pessoas com deficiência no Brasil com base nos dados da PNADc 2022 e do *UN Flagship Report on Disability and Development 2024*, das Nações Unidas, permitindo avaliar desigualdades em áreas como educação, emprego, renda e acesso a serviços em comparação com outros países.
- **Relação entre nível educacional e empregabilidade:** investigação baseada nos dados do Censo 2022, RAIS e PNADc para examinar como o grau de escolaridade influencia a inserção profissional das pessoas com deficiência.
- **Indicadores de pobreza multidimensional:** desenvolvimento de métricas com base nos dados da PNADc 2022 para mensurar a situação dessa população em relação a moradia, saúde, educação e renda.
- **Efeitos da Lei de Cotas no Mercado de Trabalho:** Estudo dos efeitos da Lei nº8.213, de 24 de julho de 1991 – mais conhecida como “Lei de Cotas” ou a “lei de contratação de PCD – na empregabilidade das pessoas com deficiência, utilizando microdados da RAIS, da PNADc e do Ministério do Trabalho.
- **Indicadores de vulnerabilidade social:** análise dos dados do Cadastro Único (CadÚnico) para compreender a relação dessa população com programas sociais como o Bolsa Família e o BPC.

Esses produtos são fundamentais para que o governo possa monitorar e avaliar a implementação do Novo Viver Sem Limites, garantindo que as políticas públicas sejam embasadas em dados concretos e atualizados. A criação de indicadores específicos e a análise detalhada das condições de vida das pessoas com deficiência possibilitarão um acompanhamento contínuo do impacto das políticas, assegurando que as ações voltadas à inclusão social e à autonomia dessa população sejam eficazes e bem direcionadas.

A deficiência continua sendo um dos principais desafios sociais e econômicos enfrentados pelas sociedades contemporâneas, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Embora tenham sido alcançados avanços significativos na inclusão social nos últimos anos, ainda há barreiras substanciais para uma compreensão aprofundada da realidade das pessoas com deficiência, principalmente devido à escassez de dados desagregados e atualizados. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) de 2022 do IBGE representa um importante avanço na coleta de informações sobre essa população no Brasil, mas ainda há lacunas na análise detalhada de suas condições de vida, particularmente no que se refere a indicadores sociais e econômicos essenciais para a formulação de políticas públicas eficazes.

7. Enquadramento nas ações do Projeto

Produto 3: Plano de fortalecimento da produção de dados e pesquisas aplicadas sobre os direitos da pessoa com deficiência desenvolvido.

Atividade 3.3: Definir indicadores e realizar estudos e levantamentos para conhecer os diversos perfis das pessoas com deficiência no Brasil.

8. Finalidade da contratação [Descrição concisa do resultado esperado da consultoria]

Contratação de pessoa física, na modalidade produto, especializada em análise de microdados para realizar a análise detalhada da situação sociodemográficas da população com deficiência no Brasil, visando à formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas, promovendo a inclusão e a autonomia das pessoas com deficiência no país.

9. Requisitos [Perfil de Qualificação]

Por exigência do organismo internacional, a contratação ficará condicionada à apresentação dos seguintes documentos:

- Atestado médico que comprove boas condições de saúde; e
- Comprovante de imunização contra a covid-19.

9.1. Requisitos Obrigatórios:

9.1.1. Formação acadêmica: Doutorado em Ciência da Informação, Ciência Política, Demografia, Matemática, Estatística, Administração, Economia, Sociologia ou Saúde Coletiva, em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação;

9.1.2. Conhecimento qualificado em análise de microdados utilizando software específico (Python, R ou Stata) comprovada por certificação emitida há pelo menos 6 meses ou primeiro autor em artigo publicado há pelo menos 6 meses e que conste do artigo que utilizou os referidos softwares.

9.1.3. Experiência profissional de, no mínimo, 3 anos em atividades profissionais que envolvem o manuseio de microdados de bases de dados relacionadas a temas sociais.

9.2. Requisitos Desejáveis:

9.2.1. Experiência profissional em atividades profissionais que envolvem a elaboração ou uso de indicadores de monitoramento ou avaliação de políticas públicas relacionadas aos direitos de pessoas com deficiência.

10. Atividades a serem desenvolvidas

- Revisão bibliográfica de pesquisas internacionais, compilando dados e indicadores.
- Realização de análise comparada internacional.
- Análise, a partir de pesquisas censitárias e amostrais sobre pessoas com deficiência, de informações sobre renda, escolaridade, saúde, domicílio e outras.
- Mapeamento de bases de dados de registros administrativos com dados referentes a pessoas com deficiência, buscando a obtenção de microdados, inclusive identificados, quando possível.
- Elaboração de sintaxes visando à análise de microdados referentes à realização de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas com deficiência.
- Identificação de variáveis identificadoras de pessoas com deficiência.
- Elaboração de relatórios técnicos.
- Participação em reuniões.
- Levantamento e análise de dados.
- Sistematização de informações.

11. Produtos e resultados esperados

Produtos	Descrição
Produto 1: Documento técnico contendo comparação internacional da situação das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo	<p>Este produto fornecerá um descritivo das principais informações sobre pessoas com deficiência no mundo. Será em forma de relatório técnico comparando indicadores brasileiros com dados internacionais a partir do <i>UN Flagship Report on Disability and Development 2024</i> e de outros relatórios.</p> <p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Metodologia para realização da comparação internacional;• Apresentação de indicadores do <i>UN Flagship Report on Disability and Development</i> não apurados para o Brasil com a sugestão de onde poderiam ser obtidos;

	<ul style="list-style-type: none">• Dados sobre renda, educação, emprego e acesso a serviços em diferentes países; e• Recortes da América Latina, Brasil e países da OCDE.
Produto 2: Documento técnico contendo análise da relação entre nível educacional e inserção no mercado de trabalho da população com deficiência	<p>O relatório consistirá em documento técnico cruzando dados do Censo 2022, microdados RAIS e microdados da PNAD Contínua para avaliar como diferentes níveis de escolaridade impactam a empregabilidade, a remuneração e a rotatividade de pessoas com deficiência no Brasil. O relatório deverá identificar casos de elevado sucesso entre empregabilidade e escolaridade e sistematizar as principais políticas educacionais, a nível local, que podem ter contribuído positivamente para a maior empregabilidade de pessoas com deficiência.</p> <p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Metodologia para realização da análise;• Descrição dos dados utilizados;• Limitações de cada base de dados; e• Associação entre relações positivas entre escolaridade, empregabilidade e remuneração.
Produto 3: Documento técnico contendo efeitos da Lei de Cotas na empregabilidade de pessoas com deficiência	<p>O relatório consistirá em estudo técnico analisando os efeitos das políticas de cotas, Lei nº 8.213/91, no mercado de trabalho formal das Pessoas com Deficiência no Brasil, desagregando por setores (público e privado) e utilizando base</p>

	<p>em microdados da RAIS e do Ministério do Trabalho.</p> <p>Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Metodologia para elaboração do estudo técnico;• Identificação de locais que possam ter favorecido o emprego apoiado e seus efeitos;• Descrição detalhada da produtividade da pessoa com deficiência de acordo com o setor em que atua; e• Proposta de métrica para identificação de propensão a contratação de pessoa com deficiência por atividade econômica.
Produto 4: Documento técnico contendo indicadores de pobreza multidimensional entre pessoas com deficiência no Brasil	<p>O relatório consistirá em documento técnico desenvolvendo uma matriz de indicadores para medir a pobreza multidimensional das pessoas com deficiência, considerando fatores como moradia, saúde, renda e acesso a serviços públicos, com base na PNAD Contínua de 2022. Deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Metodologia para elaboração da matriz;• Indicadores que sirvam para medir progresso ao longo do tempo;• Principais fragilidades identificadas no acesso a serviços públicos por pessoas com deficiência.
Produto 5: Documento técnico contendo indicadores de vulnerabilidade social da população com deficiência com base no Cadastro Único	<p>O produto consiste na elaboração de relatório, em formato de documento técnico, apresentando uma matriz de indicadores de vulnerabilidade social das pessoas com deficiência inscritas no CadÚnico, analisando sua interseção com programas sociais, como Bolsa</p>

	<p>Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC). O produto deverá conter minimamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Metodologia para apuração de indicadores e associação de vulnerabilidades;• Metodologia para associação da vulnerabilidade a dados do CadÚnico; e• Síntese de quais são as principais vulnerabilidades associadas a pessoas com deficiência.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

12. Cronograma de entrega e pagamento dos produtos

Produto	Prazo de entrega após assinatura do contrato	Valor	Percentual
Produto 1	25 dias	R\$ 10.400,00	16 %
Produto 2	50 dias	R\$ 11.700,00	18 %
Produto 3	80 dias	R\$ 14.300,00	22 %
Produto 4	110 dias	R\$ 13.000,00	20 %
Produto 5	140 dias	R\$ 15.600,00	24 %
Total	--	R\$ 65.000,00	100%

13. Valor total do contrato

R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

14. Duração do contrato

A duração do contrato é de 150 dias a partir da assinatura do termo.

15. Insumos

- Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão;
- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – promulga a convenção internacional das pessoas com deficiência.

16. Previsão de viagens

A consultoria deve ter disponibilidade para participar de eventuais reuniões na Secretaria Temática, que ocorrerão preferencialmente por videoconferência. Passagens e diárias para eventuais reuniões presenciais serão custeadas pelo Projeto, caso a pessoa selecionada não resida no Distrito Federal.

Estão previstas, ao longo do contrato, a realização de viagens que subsidiarão o objetivo da consultoria e o desenvolvimento dos produtos. As despesas relativas a passagens e diárias serão custeadas pelo Projeto.

17. Localidade do trabalho

Local de Trabalho: Território Nacional.

18. Número de vagas

Número de Vagas: 1.

19. Inscrições

- 19.1. As pessoas interessadas em participar do processo seletivo deverão encaminhar currículo, conforme modelo disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/editais-2025/2025_CV_padrao.docx, para o endereço eletrônico editais.sndpd@mdh.gov.br, até a data limite estabelecida para inscrição.
- 19.2. O currículo deverá ser apresentado em formato PDF e obrigatoriamente em língua portuguesa. Arquivos corrompidos, ilegíveis ou que apresentem defeitos que impeçam sua visualização não serão considerados.
- 19.3. O campo “assunto” do e-mail deverá conter, obrigatoriamente, a seguinte identificação: Projeto PNUD BRA/18/008 – Edital 06/2025, a fim de indicar a vaga a que se refere a candidatura.
- 19.4. As candidaturas que não observarem as condições estabelecidas nos subitens anteriores serão desconsideradas.

20. Critérios de avaliação:

Fase I: Até 80 pontos (nota máxima da fase de análise curricular)

Requisitos obrigatórios	Até 80 pontos
Doutorado em Ciência da Informação, Ciência Política, Demografia, Matemática, Estatística, Administração, Economia, Sociologia ou Saúde Coletiva, em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	18 pontos
Conhecimento qualificado em análise de microdados utilizando software específico (Python, R ou Stata) comprovada por certificação emitida há pelo menos 6 meses ou primeiro autor em artigo publicado há pelo menos 6 meses e que conste do artigo que utilizou os referidos softwares.	3 pontos por certificação ou artigo publicado, até o limite de 12 pontos
Experiência profissional de, no mínimo, 3 anos em atividades profissionais que envolvem o manuseio de microdados de bases de dados relacionadas a temas sociais. (obrigatória)	Até 40 pontos 3 anos completos: 5 pontos 4 anos completos: 10 pontos 5 anos completos: 15 pontos 6 anos completos: 25 pontos 7 anos completos: 35 pontos 8 anos completos ou mais: 40 pontos
Requisitos Desejáveis	
Experiência profissional em atividades profissionais que envolvem a elaboração ou uso de indicadores de monitoramento ou avaliação de políticas públicas relacionadas aos direitos de pessoas com deficiência.	Até 10 pontos 2 pontos a cada ano completo

Fase II: Até 20 pontos (nota máxima da fase de entrevista)

Habilidades e competências	Até 20 pontos
----------------------------	---------------

Deverá apresentar domínio dos assuntos relacionados ao objeto da contratação, demonstrando fluência verbal, cordialidade, polidez, assertividade, atenção, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, além de capacidade de análise e síntese.	A pontuação será atribuída de forma proporcional ao número de perguntas respondidas na entrevista, de acordo com o nível de atendimento a cada requisito.
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

21. Disposições finais

Leia atentamente o documento **“Critérios Gerais de Seleção 2025 – Projetos de Cooperação Internacional/MDHC”**, disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/editais-2025/2025_Criterios_consultorias_PF.pdf. Nele estão as informações gerais do processo seletivo: requisitos, inscrições, previsão de viagens, regras de inabilitação, classificação e resultado, além das disposições sobre contratação, entrega, pagamento e avaliação dos produtos, bem como os critérios de seleção e a pontuação máxima por fase.